

# Diario da Justiça

## DO ESTADO DE SERGIPE

ANNO VI — Aracaju, Terça-feira, 12 de Outubro de 1937 — NUM. 998

### PODER JUDICIARIO

#### CÔRTE DE APPELLAÇÃO DO ESTADO

ACCORDÃO N. 128

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso criminal, oriundos da 1ª comarca do Estado e nos quaes figuram como recorrente o juiz de direito da 4ª vara e como recorridos Antonio Mattos e José Adolpho dos Santos.

Processados e pronunciados, por se terem mutuamente ferido em lucta corporal occorrido ás 15 horas de 13 de Janeiro de 1935, no povoado Atalaia Nova, do municipio desta Capital, foram Antonio Mattos e José Adolpho dos Santos condemnados, o 1º no gráo minimo e o 2º no gráo sub-maximo do art. 303 da consolidação das Leis Penaes, conforme consta das sentenças de fls. 97 v. a 98 v. e 126 a 127 v.

O dr. juiz de direito, por sentenças de 28 de Novembro de 1936 e 18 de Março de 1937, lhes concedeu a suspensão, pelo prazo de dois annos, da execução das respectivas penas e recorreu para esta superior instancia.

A fls. 132 opinou o dr. procurador geral no sentido se negar-se provimento ao recurso.

E tudo attentamente ponderado.

Verifica-se nos presentes autos o preenchimento das condições estabelecidas pelo art. 1º do Decreto n. 16.588 de 6 de Setembro de 1924.

Decide a 2ª Turma da Côrte de Appellação negar provimento ao recurso interposto, confirmando, assim, a decisão do Jr juiz de direito, pela qual foi decretada a suspensão da execução das penas impostas a Antonio Mattos e José Adolpho dos Santos; e determina seja feita no Gabinete de Identificação e Estatística a inscripção a que se refere o art. 9º do citado Decreto 16.588.

Como instrução: Nota a Turma evidente erro na gradação da pena imposta a José Adolpho dos Santos. Considerou-o dr. juiz de direito provada a unica circumstancia aggravante articulada no libello — *superioridade em arma* — e reconheceu as atenuantes do — *exemplar comportamento anterior e de ser o delinquente menor de 21 annos*. Havendo, pois, preponderancia das atenuantes, deveria esse magistrado ter applicado a pena entre o medio e o minimo (sub-medio) e condemnado o réu a 5 meses, 7 dias e 12 horas de prisão celllular e não no gráo sub-maximo, como o fizera a fls. 126 v.

Da sentença que o condemnou não appellou José Adolpho dos Santos; passou em julgado a referida sentença condemnatoria. Entretanto, para que se não reproduza, fica indicado o erro cometido na primeira instancia, o qual constitue transgressão á parte final do § 2º do art. 62 do Código Pneal da Republica.

Aracaju, 14 de Julho de 1937.

Octavio Cardoso, presidente, com voto.

Zacharias de Carvalho.

J. Dantas de Britto.

L. Loureiro Tavares.

#### Summario da Côrte de Appellação do Estado

CAMARA CIVIL

Presidencia do senhor desembargador Cervasio de Carvalho Prata

Presentes os senhores desembargadores E. Oliveira Ribeiro, Hunald Cardoso e o senhor procurador geral do Estado substituto dr. Luiz Magalhães.

#### Passagem

Appellação civil n. 20/1937. Riachuelo. Appellantes, d. Joanna Esther de Oliveira Barretto; appellado, Theophilo de Freitas Bar-

retto. Relator, o senhor desembargador Hunald Cardoso. Do senhor desembargador relator ao senhor desembargador Zacharias de Carvalho.

#### Julgamentos

Aggravo civil n. 6/1937. São Paulo. Aggravante, Francisco Fernandes da Silveira; aggravados, Dantas Freire & Cia. Ltda. Relator, o senhor desembargador Hunald Cardoso. Não se tomou conhecimento.

— Appellação civil n. 17/1937. Aracaju. Appellantes, Moinho Fluminense S/A; appellados, os herdeiros de d. Joanna Sampaio Coelho. Relator, o senhor desembargador E. Oliveira Ribeiro. Não se tomou conhecimento.

#### Designação de dia para julgamento

Appellação civil n. 25/1937. (Desquite) — São Francisco. Appellante, o dr. juiz de direito da 10ª comarca; appellados, Augusto Cayalcanti e sua mulher. Relator, o senhor desembargador E. Oliveira Ribeiro. Foi designado o primeiro dia desimpedido para o julgamento.

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

#### INSTRUÇÕES PARA AS ELEIÇÕES DE 3 DE JANEIRO DE 1938

##### Indice

##### CAPITULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### CAPITULO II

##### DOS ACTOS PREPARATORIOS DA ELEIÇÃO

Secção 1ª — Do encerramento das inscripções e divisão do eleitorado por secções.

Secção 2ª — Da designação e preparo dos logares das votações.

Secção 3ª — Da nomeação das Mesas receptoras.

Secção 4ª — Dos registros de candidatos.

Secção 5ª — Da remessa do material para as eleições.

##### CAPITULO III

##### DA INSTALLAÇÃO DAS MESAS RECEPTORAS E SUAS ATTRIBUIÇÕES GERAES

##### CAPITULO IV

##### DA VOTAÇÃO

##### CAPITULO V

##### DA APURAÇÃO

Secção 1ª — Da constituição das turmas apuradoras.

Secção 2ª — Dos trabalhos da apuração em geral.

Secção 3ª — Da apuração propriamente dita.

Secção 4ª — Da proclamação dos Deputados e Senadores eleitos.

Secção 5ª — Das nullidades da votação.

## CAPITULO VI

DA PROCLAMAÇÃO DO ELEITO Á PRESIDENCIA DA REPUBLICA

## CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAES

## Instrucções

O Tribunal Superior de Justiça Eleitoral :

Usando das attribuições que lhe são conferidas pelos arts. 23, § 2º, e 83, letra c da Constituição Federal, e tendo em vista o que ficou aprovado na sessão ordinaria de 25 de Janeiro de 1937 :

Resolve expedir as seguintes

## Instrucções

## CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O numero de representantes do povo na Camara dos Deputados, na segunda legislatura nacional, que terminará em 3 de Maio de 1942, será de duzentos e cincoenta e um deputados, assim distribuídos :

	Deputados
Amazonas .....	4
Pará .....	9
Maranhão .....	7
Piauí .....	5
Ceará .....	11
Rio Grande do Norte .....	5
Parahyba .....	9
Pernambuco .....	19
Alagoas .....	8
Sergipe .....	4
Bahia .....	24
Espirito Santo .....	4
Distrito Federal .....	11
Rio de Janeiro .....	17
Minas Geraes .....	38
São Paulo .....	34
Goyaz .....	4
Matto Grosso .....	4
Paraná .....	6
Santa Catharina .....	6
Rio Grande do Sul .....	20
Territorio do Acre .....	2

251

Art. 2º. As eleições de Presidente da Republica e Deputados Federaes, para o supradito quadriennio, e as de metade dos Senadores para os oito annos a começar na mesma data, realizar-se-ão conjunctamente, no dia 3 de Janeiro de 1938, por suffragio universal directo e voto secreto ; as de Presidente e Senadores por maioria de votos, em votação uninominal (art. 52, § 1º, e 89 da Const. Fed.), e proporcional regulado pela lei n. 48, de 4 de Maio de 1935. (Const. Fed., arts. 23 e 181).

Art. 3º. Para a eleição de Presidente da Republica, o territorio nacional formará uma só circumscrição, operando os Tribunaes Regionaes, como circulos de apuração parcial.

Paragrapho unico. O Tribunal Superior fará a apuração geral e proclamação do eleito (Const. Fed., art. 52, § 2º).

Art. 4º. Para as eleições de Deputados os Estados e o Distrito Federal formarão cada um uma circumscrição, competindo a apuração e proclamação dos eleitos ao respectivo Tribunal Regional, e mesmo acontecendo quanto aos Senadores, com exclusão do Territorio do Acre, que só elegerá Deputados.

Art. 5º. No Territorio do Acre a eleição de Deputados será feita por maioria de votos, em votação uninominal, visto como, sendo apenas dois os logares, não pôde ser applicado o systema de representação proporcional ; cada partido, ou alliança de partidos poderá registrar dois nomes, mas cada eleitor votará num só nome ; e o menos votado do partido que eleger um, será declarado supplente (art. 23, § 1º in fine, combinado com o art. 181 da Constituição Federal).

Art. 6º. Só poderão votar nas referidas eleições os eleitores que estiverem devidamente inscriptos nos termos da legislação vigente até o dia 4 de Novembro de 1937.

## CAPITULO II

DOS ACTOS PREPARATORIOS DA ELEIÇÃO

## SECÇÃO PRIMEIRA

Do encerramento das inscripções e divisão do eleitorado por secções

Art. 7º. A qualificação eleitoral encerrar-se-á, improrogavelmente, ás 18 horas do dia 24 de Outubro, e as inscripções de eleitores, ás mesmas horas do dia 4 de Novembro de 1937.

§ 1º. Os juizes eleitoraes não despacharão, depois daquelle primeiro dia e hora, processo algum de qualificação ; e encerrarão, na mesma hora do dia 4 de Novembro, as inscripções, apondo sua rubrica no livro respectivo, não despachando tambem pedidos de transferencia, ainda que de funcionarios ou militares transferidos, sendo contudo, facultado a estes, o uso da resalva permitida pelo art. 74 do Código Eleitoral, dentro na mesma Região.

§ 2º. Até o fim do dia seguinte, communicarão, pelo telegrapho, onde houver, e, sob registro, pelo Correio, ao Tribunal Regional, o numero dos eleitores inscriptos, nas zonas sob sua jurisdicção.

Art. 8º. Encerradas as inscripções, devem os juizes eleitoraes, dentro de quinze dias, dividir as respectivas zonas em secções eleitoraes, e fazer a distribuição dos eleitores que nellas terão de votar.

§ 1º. As secções deverão ter, no minimo, 50 eleitores, e no maximo, 400, nas das capitães, e 300 nas demais (C. E., art. 3º, letra "k").

§ 2º. Na distribuição dos eleitores pelas secções, deverá o juiz attender á maioria dos mesmos, sua maior commodidade e aos meios de transportes ao seu alcance.

§ 3º. Nos municipios em que não houver mais de 300 eleitores, haverá uma unica secção, que funcionará na sede municipal ainda que com menos de 50 eleitores.

§ 4º. Uma copia authentica da distribuição será enviada immediatamente ao Tribunal Regional.

§ 5º. Na mesma occasião, os juizes mandarão afixar a lista da distribuição em lugar publico, na sede do cartorio, nos locais em que hajam de funcionar as mesas receptoras, e publicar-as na imprensa, onde houver, devendo ainda enviar-as, em duplicata, aos juizes preparadores, para o mesmo fim.

§ 6º. O eleitor, cujo nome tenha sido omittido, ou figurado errada ou truncadamente, na lista, poderá reclamar verbalmente, por escripto ou por telegramma, ao juiz, ao Tribunal Regional ou directamente ao Tribunal Superior. (C. E., art. 109).

§ 7º. Verificará a procedencia da reclamação, que poderá ser feita por delegado de partido, providenciando a autoridade competente para sanar a irregularidade, communicando-se telegraphicamente ou por officio com o juiz da respectiva zona. (C. E. §§ 1º e 2º do art. 109).

## SECÇÃO SEGUNDA

Da designação e preparo dos logares das votações

Art. 9º. Os juizes eleitoraes, logo depois da distribuição dos eleitores por secção, designarão os logares e edificios onde funcionarão as secções eleitoraes.

§ 1º. Na escolha dos edificios dar-se-á preferencia aos publicos, recorrendo-se aos de propriedade particular quando não existirem aquelles em numero e condição requeridas, não podendo, entretanto, ser utilizada habitação ou propriedade de candidatos. (C. E., art. 125, § 1º).

§ 2º. A propriedade particular será obrigatoria e gratuitamente cedida para esse fim. (§ 3º do citado art. 125).

§ 3º. Publicada na Imprensa, onde houver, ou affixada na sede do cartorio, a escolha dos locais onde funcionarão as mesas receptoras (C. E., art. 125), communicarão os juizes, até 10 dias antes da eleição, aos chefes das repartições publicas e aos proprietarios, arrendatarios ou administradores das propriedades particulares, a referida escolha. (§ 2º do citado art. 125).

Art. 10. Providenciarão, ainda, os juizes, afim de que nos edificios escolhidos sejam feitas as necessarias adaptações para a boa ordem das votações.

§ 1º. Será separado do publico o recinto da mesa e, ao lado desta, deverá achar-se um gabinete absolutamente indevassavel para que, dentro d'elle, possam os eleitores, á medida que comparecerem, collocar as cedulas na sobrecarta official. (C. E., art. 126).

§ 2º. Esse gabinete não poderá ter outra via de acesso além da porta de entrada ; e, se tiver, deverá ser fechada, de modo a evitar qualquer communicação com o eleitor ou a violação do sigilo absoluto do voto.

§ 3º. Nos edificios onde não houver commodo apropriado á installação do gabinete indevassavel será construido um gabinete, conforme os modelos ns. 15 e 15-A, no proprio recinto da mesa.

Art. 11. Caberá recurso para o Tribunal Regional, dentro de 48 horas, contra os actos ou omissões dos juizes eleitoraes quanto á observancia dos dispositivos acima.

### SECÇÃO TERCEIRA

#### *Da nomeação das mesas receptoras*

Art. 12. A cada secção eleitoral corresponderá uma mesa receptora de votos. (C. E., art. 110).

Art. 13. Até o dia 3 de Dezembro deverão os juizes eleitoraes nomear um presidente, um primeiro e um segundo supplentes para constituírem, cada mesa receptora de votos. (C. E., art. 111).

§ 1º. Não poderão ser nomeados presidentes e supplentes:

a) os cidadãos que não forem eleitores na zona;

b) os funcionarios que possam ser demittidos sem justa causa ou motivo de interesse publico (Const., art. 169, paragrapho unico);

c) os que pertençam á magistratura eleitoral;

d) os candidatos e seus parentes consanguíneos ou afins, até o segundo gráo civil, inclusive;

e) os membros de directoria de partido político.

§ 2º. Para presidente e supplente das mesas receptoras deverão, de preferencia, ser nomeados os magistrados, membros do Ministerio Publico, professores, diplomados em profissão liberal, serventuarios e Justica e contribuintes de imposto directo.

Art. 14. Cada juiz eleitoral publicará, sem demora, as nomeações que houver feito e convocará immediatamente os presidentes e supplentes para constituírem as mesas, no dia 3 de Janeiro ás 7 horas da manhã.

§ 1º. Os nomeados serão obrigados a declarar a existencia de qualquer dos impedimentos enumerados no § 1º do artigo antecedente, sob as penas do art. 183, n. 5, do Código Eleitoral, e allegarão motivos justos que tiverem para recusar a nomeação, até o dia 23 de Dezembro, casos em que o juiz providenciará sobre as substituições. (C. E., art. 111, §§ 4º e 5º).

§ 2º. O presidente que não puder estar presente ao acto da abertura e de encerramento da votação, por motivo de força maior, comunicará o impedimento aos dois supplentes, pelo menos 24 horas antes da eleição, ou immediatamente se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição. (C. E., art. 112, § 2º).

§ 3º. Não comparecendo o presidente, até sete horas e 30 minutos, assumirá a presidencia o 1º supplente, e na sua falta ou impedimento, o segundo, bastando que compareça o presidente ou um dos supplentes para que se realize a eleição. (C. E., art. 112, § 3º).

§ 4º. Não se reunindo a mesa, por qualquer motivo, assistirá aos eleitores a faculdade de votar em outra, sob a jurisdição do mesmo juiz, tomando-se-lhes, os votos com as cautelas do art. 132, § 2º do Código Eleitoral (C. E., art. 112, § 4º).

§ 5º. Os supplentes das mesas receptoras auxiliarão e substituirão o presidente, de modo que haja sempre quem responda pela ordem e regularidade do processo eleitoral; e, quando presentes, deverão assignar, com o presidente, as actas de abertura e encerramento da votação. (C. E., art. 112).

§ 6º. Será anotada na acta a hora exacta em que se substituírem os presidentes. (Idem, § 1º).

Art. 15. Cada mesa receptora de voto terá dois secretarios, nomeados pelo presidente, até o dia 30 de Dezembro, pelo menos.

§ 1º. Não podem ser secretarios:

a) os cidadãos que não forem eleitores na zona;

b) os candidatos ou parentes destes, consanguíneos, ou afins, até o 2º gráo civil, inclusive.

§ 2º. A nomeação dos secretarios será communicada immediatamente, por telegramma ou por carta, ao juiz eleitoral, publicada na imprensa, onde houver, e affixada em edital á frente do edificio onde funcionará a mesa.

§ 3º. O cargo de secretario será de acceitação obrigatória e não poderá ser renunciado; mas, na falta ou impedimento do nomeado, funcionará o substituto que o presidente designará antes ou no acto da eleição. (C. E., art. 115).

### SECÇÃO QUARTA

#### *Dos registros de candidatos*

Art. 16. Somente poderão concorrer a estas eleições candidatos de partido já registrado ou de alliança de partidos cuja forma-

ção tenha sido previamente communicada aos Tribunaes Eleitoraes (art. 167, do Código Eleitoral), ou de grupo de duzentos ou mais eleitores, que os fizer registrar na forma deste artigo.

§ 1º. Far-se-á o registro dos candidatos aos logares de deputados e senadores nos Tribunaes Regionaes, e á presidencia da Republica, no Tribunal Superior, devendo os requerimentos ser dirigidos aos respectivos presidentes, e protocollados até ás 18 horas do dia 18 de Dezembro de 1937.

§ 2º. Os de partido ou alliança de partidos serão assignados pelos seus respectivos representantes legais, inclusive os delegados permanentemente acreditados junto aos referidos Tribunaes, quando estiverem para isso autorizados em documento authenticico, inclusive telegramma, expedido por quem responda pela direcção partidaria, e com a assignatura reconhecida por tabellião (Código Eleitoral, art. 85, § 1º).

§ 3º. Nos requerimentos de eleitores, a cada assignatura deve ser apposto o numero do titulo do elcitor (art. cit. e art. 84, § 1º), e as folhas do texto e assignaturas de cada requerimento deverão ser inseparaveis e authenticadas por meio de rubricas.

§ 4º. Nenhum eleitor, sob a pena do art. 183 n. 3, do Código Eleitoral, pode assignar mais de um requerimento para cada especie de candidatura, isto é, para Presidente da Republica, para Senador ou para Deputado.

§ 5º. Toda lista de candidatos á Camara dos Deputados será encimada por legenda, que pode ser o mesmo nome do partido; mas os candidatos avulsos, bem como os candidatos á Senatoria e á Presidencia da Republica, serão registrados sem legenda.

§ 6º. Considerar-se-á avulso o candidato registrado uninominalmente, a requerimento de eleitores, nos termos do presente artigo, e sem legenda (art. 88, do Código Eleitoral).

§ 7º. O candidato, embora registrado em lista de partido, precisa sel-o uninominalmente, para poder receber votos como avulso (Accórdão n. 1738, de 27-12-35 — Bol. de 1-2-36).

§ 8º. Não será permittido figurar candidato algum sob mais de uma legenda, senão quando assim for requerido por dois ou mais partidos em petição conjuncta (Código Eleitoral, art. 87), reputando-se registrado só na primeira o que figurar noutras subsequentemente apresentadas a registro, salvo o disposto no § 2º do artigo seguinte.

Art. 17. Deferido o requerimento de registro, o Tribunal fará publicar immediatamente até o dia 20 de Dezembro, os nomes ou listas de nome dos candidatos, assim como dos partidos ou legendas mandados registrar. (Código Eleitoral, art. 107).

§ 1º. Tal publicação será feita no jornal official, onde houver, e, não o havendo, em cartorio.

§ 2º. Até o dia 23 de Dezembro de 1937, qualquer candidato, em requerimento, com firma reconhecida, poderá pedir o cancelamento do seu nome no registro (Código Eleitoral, art. 86).

§ 3º. Desse facto, o presidente do Tribunal que tiver ordenado o registro dará sciencia immediata ao partido, ou alliança de partidos, ou grupo de eleitores, requerentes da inscripção, ficando salvo aos mesmos, dentro de 48 horas de recebida a communicação, substituir por outro o nome do candidato (art. cit., § 1º).

§ 4º. Em qualquer hypothese, considerar-se-á não escripto na cedula o nome do candidato que haja pedido cancellamento de seu registro.

Art. 18. Decorridas 48 horas de encerramento dos registros o Tribunal Superior communicará telegraphicamente aos Tribunaes Regionaes os nomes de candidatos registrados para a presidencia da Republica; e os Tribunaes Regionaes transmittirão immediatamente aos juizes eleitoraes, essa communicação e a dos nomes ou listas de nomes, dos candidatos e partidos ou legendas, registrados nas respectivas regiões, para deputado e senadores.

Paragrapho unico. Os Tribunaes Regionaes communicarão tambem, sem demora, ao Tribunal Superior, os registros que houverem sido feitos nas respectivas regiões; e providenciarão para que subam a este, com a maior urgencia, os autos de recursos porventura interpostos das decisões sobre registro de candidatos.

Art. 19. Os nomes dos candidatos registrados serão tambem communicados pelos juizes eleitoraes, no dia 20 de Dezembro, por telegramma-circular, ou na falta de telegrapho, pelo meio mais rapido, aos presidentes e supplentes de mesas receptoras da respectiva região, sendo o texto do telegramma remetido á estação telegraphica acompanhado de uma relação com os nomes e endereços dos destinatarios. (Código Eleitoral, art. 107, §§ 1º e 2º).

(Continúa)

**Editál de citação de eleitores ausentes**

O dr. Abílio de Vasconcellos Hora juiz de direito desta primeira comarca de Aracaju, e primeira zona eleitoral na forma da lei etc:

Faço saber a todos que o presente editál de citação com o prazo de 30 dias virem, ou delles conhecimento tiverem e interessar possa que, por parte do Ministerio Publico desta primeira zona, foram denunciados como incurso nas penas do art. 183 n. 2 do Código Eleitoral, por terem sem causa justificada faltado a eleição realisada em 14 de Outubro de 1935 para vereadores, infringindo assim os dispositivos dos arts. 4º do Código Eleitoral e 109 da Constituição da Republica os seguintes eleitores:

Fleurete de Souza Morgado...	999	João Lima dos Santos...	1017	José Ramos...	1274
Joaquim Andrada...	388	José Antonio Campos...	1265	José Amyntas...	2220
João dos Santos...	1022	José da Conceição...	826	José Luiz de Andrade...	156
Junot de Carvalho Barroso...	984	Julio Cesar Barbosa Pina Filho...	586	Jason Andrade...	155
José Antonio do Nascimento...	1547	Enock Santos...	3039	José Vieira da Fonseca...	2043
Henrique Thomé dos Santos...	4711	Enock Baptista de Santanna...	4680	José Pedro de Menezes...	204
Irenio Joaquim Campos...	1091	Felix Affonso Martins...	216	José Gomes da Silva...	1382
José Tavares da Silva...	531	Jonathas Barretto de Araújo...	1157	Josias Cesar da Silva...	2011
João Daniel de Castro...	532	João Machado...	741	Joaquim da Silva Novaes...	110
João Augusto do Carmo...	580	João Ezequiel Santos...	1025	Euclides Cruz...	1239
José de Oliveira Barros...	48	Joaquim de Oliveira...	951	Francisco José de Mello...	2443
José Soares de Oliveira...	635	Joel Fonseca de Azevedo...	706	Dernival Barretto de Araújo...	472
Francisco Ramos das Neves...	1478	Isaac Cardoso Santanna...	916	Jaques Getirana...	359
Humberto Felix...	4322	João Francisco Coelho...	2511	Emeliano Oliveira...	1005
Isaac Nunes...	1616	João Americo dos Santos...	988	Deoclides Santos...	1909
Ignacio Loyola dos Santos...	1680	João da Matta Simões...	317	Edison Aguiar Britto...	2240
David Albuquerque Maia...	26	João Baptista de Oliveira...	176	José de Santanna...	1048
José Atanazio de Santanna...	949	João Carlos Pereira de Mello Filho...	229	José Theodoro dos Santos...	737
Francisco Felix Dantas...	2089	Euclides Gonçalo Santos...	4360	Daniel Monteiro...	2018
Joaquim José de Amaral...	542	Domingos Roque Propheta...	35	Higino José de Oliveira...	3666
João Almeida...	668	José Joaquim de Souza...	758	Dernival Maciel...	3796
Julio Felizardo de Freire...	305	Francisco Xavier do Nascimento...	925	José de Santanna...	1134
José Bispo da Cruz...	477	José Alves da Costa...	1154	Dúval de Silveira Gama...	3144
João Cesar Lima...	1148	Jardelino Dantas da Silva...	1033	Izidorio Machado da Cruz...	4347
Francisco Motta...	116	João Baptista Cavalcanti...	2065	Epaminondas José dos Santos...	4260
João Ires de Meira...	783	José Francisco dos Santos...	1630	Cicero Clemente de Jesus...	3398
Josué Martins dos Santos...	1574	José Gomes Salles...	2022	José Thimotheo dos Santos...	40
José Diniz Bittencourt...	1244	José Ferreira Lima...	692	Irineu Ferreira da Silva...	913
Faustino Francisco dos Santos...	1496	Hermano Ribeiro...	47	João Baptista de Oliveira...	860
Job Soares de Mello...	1246	Josino Barros...	349	João Portella dos Santos...	446
Izaías da França Prudente...	2007	José Antonio dos Santos...	393	Hermelindo André Silva...	3252
Ismael Teixeira Lima...	457	José Gonçalves da Cruz...	331	Dioscorides Fontes Cardoso...	258
João Baptista dos Santos...	1249	José Manoel Palmeira da Silva...	905	Carlos Martins Luz...	3984
José Sotero de Menezes...	1007	José Sezenando Barretto...	1789	Deocleciano Manoel da Rocha...	306
Isaac Udermann...	910	José Gerino dos Santos...	2005	Cyro Maciel...	4732
José Rocha Fernandes...	1660	João Francisco de Salles...	2030	Domicio Fraga...	2050
Hermogenes André Alves...	2747	Eurico Raphael Araújo...	4561	João Francisco da Silveira...	567
Horacio Baptista da Motta...	2698	João Augusto de Oliveira...	1927	José de Barros Freire...	746
João Costa...	1028	José Flaviano Dantas...	1216	Izaías Ferreira Marques...	4309
João Francisco de Andrade...	927	Benevides Gomes de Oliveira...	3221	Ceciliano Lucio dos Santos...	2168
Joel Gonzaga dos Santos...	801	José Carivaldo da Costa...	235	Dernival Lima...	2423
Izaías Gonçalves Amy...	926	Joaquim Lourenço dos Santos...	1292	Carlos José Pilares Barros...	3606
		João Soares Nunes...	714	Clovis Mello Meira...	3765
		João de Montalvão Mattos...	229	Cezário Nunes...	3178
		José Garcez Sobrinho...	981	Julio Daniel de Castro...	403
		José Prado...	1056	Domingos Marques de Souza...	780
		José Prado Vasconcellos...	479	João Vieira da Silva...	443
		Jocelyn Menezes...	307	José Donifacio Paes...	407
		José Almeida Filho...	1745	Dioscorides Dias Doria...	4768
		José Luiz de Azevedo...	1828	Humberto Baptista Mello...	2951
		João Luiz dos Santos...	1172	Claudionor Oliveira Passos...	4740
		Jovino de Souza Marques...	204	Claudio Muti Mattos...	2190
		José Serra Silva...	2016	Dionizio Silva...	4464
		José Antonio de Barros...	1990	Felinto Lapa...	1776
		José Gomes dos Santos...	2022	Ivo Mendonça Lima...	762
		João Freire de Lima...	714	Edison Telles Coelho...	1985
		João Vieira da Rocha...	1275		
		Justiniano Francisco do Nasci...	2031		
		mento...	1086		
		José Antonio de Oliveira Reis...	395		
		José Vieira Rezende de Santanna...	1507		
		José Miguel dos Anjos...			

Aracaju, 4 de Outubro de 1937.

Abílio de Vasconcellos Hora  
Juiz da 1ª zona eleitoral